



Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

PARECER JURÍDICO

Solicitante: Setor de Licitações e Contratos

Assunto: Solicitação de Parecer Jurídico de Dispensa de Licitação para o Registro de Preços nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Processo Administrativo nº 023/2026

Dispensa Eletrônica s/nº

Critério de Julgamento: Menor Preço por item – COM DISPUTA

RELATÓRIO

A Secretaria Municipal de Viação, Obras e Segurança por meio do Documento de Formalização de Demanda s/nº (fls 001/002), solicita a AQUISIÇÃO DE 01 (UM) TRATOR CORTADOR DE GRAMA DO TIPO GIRO ZERO, DESTINADO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ROÇADA, MANUTENÇÃO, E CONSERVAÇÃO DAS ÁREAS VERDES, PRAÇAS, PARQUES, CAMPOS ESPORTIVOS, CANTEIROS CENTRAIS E DEMAIS LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE – PR.

Informa que "... atualmente são realizados de forma majoritariamente manual ou com equipamento de menor rendimento, o que implica maior tempo de execução, maior desgaste da equipe operacional e menor produtividade. A aquisição de um trator cortador de grama tipo giro zero permitirá a execução das atividades com maior agilidade, precisão e segurança, otimizando a utilização dos recursos humanos e reduzindo custos operacionais a médio e longo prazo."

O procedimento veio para análise desta Assessoria Jurídica, a fim de se lavrar parecer jurídico, na forma do art. 53 e do art. 72, I, da Lei nº. 14.133/2021, bem como, considerando o disposto no art. 72 e do art. 130, inc. VII do Decreto Municipal nº 6.602/2023.



Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

É o relatório.

DA CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, é dispensável a realização de processo licitatório, in verbis:

Art. 75. É dispensável a licitação:

...

II – para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Assim, conforme previsão do Artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, com atualização dos valores através do Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, trouxe em seu texto a possibilidade de realizar dispensa de licitações para contratação que envolva valores até R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos) para compras ou contratação de serviços gerais.

DECRETO Nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025

Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.

ANEXO

Art. 75, caput, inciso II - R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)

Com efeito, conforme previsto na norma retrocitada, os critérios se aplicam no caso em tela, uma vez que, consoante disposto no Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, é autorizado e está em harmonia com a lei a contratação direta no caso de aquisição ou contratação de serviços gerais, cujo valor seja de até



Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

Por conseguinte, pode-se afirmar que, dentro das regras dos valores estabelecidos pela legislação vigente, não há qualquer óbice quanto à pretensão, uma vez que o valor estimado para contratação é de R\$40.804,75 (quarenta mil oitocentos e quatro reais e setenta e cinco centavos).

Sobre o procedimento de contratação direta, o ilustre Justen Filho, adverte:

Tal como afirmado inúmeras vezes, é incorreto afirmar que a contratação direta exclui um "procedimento licitatório". Os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação envolvem, na verdade, um procedimento especial e simplificado para a seleção do contrato mais vantajoso para a Administração Pública. Há uma série ordenada de atos, colimando selecionar a melhor proposta e o contratante mais adequado. "Ausência de licitação" não significa desnecessidade de observar formalidades prévias (tais como verificação da necessidade e conveniência da contratação, disponibilidade de recursos etc). Devem ser observados os princípios fundamentais da atividade administrativa, buscando selecionar a melhor contratação possível, segundo os princípios da licitação.

Diante disto, faz-se extremamente relevante a observância dos requisitos formais de regularidade nos casos de contratação direta por dispensa de licitação em razão de valor. Nesses casos, é necessário que o processo observe os elementos previstos, inclusive, no art. 72, da referida Lei, que seguem:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;



Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Neste sentido, passo a analisar os documentos que compõe o procedimento trazido para análise:

I) estimativa da despesa para execução, conforme exigido no art. 72, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 (item 8 do ETP, folhas 011).

II) Documento de Formalização de Demanda (fls 001/002), conforme exigido no art. 72, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.

III) Parecer Contábil indicando a dotação orçamentária por onde correrão as despesas com a contratação do item (fls 025), cumprindo o art. 72, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

IV) autorização emitida pelo Sr. Prefeito Municipal em 05/02/2026 (fls 002) cumprindo o art. 72, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021.



Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

V) Estudo Técnico Preliminar (fls. 008/014 e 077/078), cumprindo o art. 72, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.

VI) Termo de Referência (fls. 015/022), cumprindo o art. 72, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.

VII) Cesta de Preços (fls. 003/007 e 080/083), cumprindo o art. 72, inciso VII da Lei Federal nº 14.133/2021 e Mapa da Média Orçamentária (fls 023).

VIII) Portaria nº 5.876/2025, publicada no Diário Oficial do Município de 01/08/2025, que designa servidor à função de Assessor de Licitações (fls 026).

IX) Portaria nº 5.120/2023, publicada em 05/10/2023 designando fiscal dos Contratos (fls 027).

X) Decreto nº 7.476/2025, publicado em 28/11/2025, designando servidores para atuarem como Agentes de Contratação/Pregoeiro nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021, bem como para compor a Equipe de Apoio (fls 028).

XI) Edital e seus Anexos (fls 029/072).

Anexo I – Documentação Exigida para Habilitação (fls 045/047).

Anexo II – Estudo Técnico Preliminar (fls 048/054).

Anexo III – Termo de Referência (fls 055/061).

Anexo IV – Modelo de Proposta (fls 062).

Anexo V – Modelo de Declaração Unificada (fls 063/064).

Anexo VII – Minuta Termo de Contrato Dispensa Eletrônica (fls 065/071).

Anexo VIII – Declaração de Enquadramento - ME/EPP/MEI, Lei Complementar nº 123/2006 (fls 072).

XII) Parecer Jurídico solicitando a complementação da cesta de preços (fls 074/076).



Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

XIII) Documentação complementar à cesta de preços e as justificativas quanto à metodologia utilizada (fls 079/083).

Por último, verifico estar presente o interesse público na contratação solicitada.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entendo que a contratação solicitada, estando dentro dos limites do art. 75, inciso II, verificação que deve ser realizada pelo setor responsável, pode ser realizada na forma direta, porque está enquadrada na hipótese de contratação direta no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Este é o parecer jurídico que submeto à autoridade superior.

Vera Cruz do Oeste, 03 de março de 2026.

LOURDES CRISTINA AVANZI
ADVOGADA PÚBLICA